



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ONCOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA NA CLÍNICA DE PEDIATRIA DO INCA

Noemi Cristina Ferreira da Silva (a) - a
a

A RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ONCOLOGIA: uma experiência na Clínica de Pediatria do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)

Palavras chaves: Residência Multiprofissional – Formação Profissional – Câncer infantojuvenil – Serviço Social

Keywords: Multiprofessional Residence – Professional Qualification – Child and Adolescent Cancer – Social Service

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Residência Multiprofissional em Oncologia do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) tem por objetivo “especializar profissionais da área de saúde para atuar na prevenção e no controle do câncer, oferecendo subsídios para assistência, ensino, pesquisa e gestão, em uma perspectiva interdisciplinar, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.” (INCA, 2018, p. 17). O assistente social enquanto profissional de saúde é participante deste processo de formação e especialização oferecido pelo INCA. O presente trabalho surge a partir da apresentação de Estudo de Caso para a equipe de serviço social do Hospital do câncer I (HC I), estudo este realizado como uma das atividades de avaliação do residente no 2º ano. E, é partindo desta atividade que relataremos uma experiência vivenciada na Clínica de Pediatria do HC I.

2 DESENVOLVIMENTO

No presente trabalho buscaremos discutir a prática profissional do assistente social em equipe multiprofissional e o processo de formação em serviço que é a Residência em Saúde utilizando como metodologia o estudo de caso. Este estudo foi analisado a luz do referencial teórico do materialismo histórico dialético, portanto, pretende-se buscar referenciais teóricos que possam traduzir-se em reflexões acerca da situação vivenciada no cotidiano profissional.

3 RESULTADOS

3.1 Descrição do caso

Usuária A.C.R, 15 anos, solteira, *negra*, natural do estado do Rio de Janeiro e residente no bairro de Piabetá (município de Magé). Deu entrada na Clínica de Oncologia Pediátrica com diagnóstico de câncer de ovário, sendo internada no Centro de Terapia Intensiva (CTI) pediátrico. No primeiro atendimento com o serviço

social identificou-se que a usuária sempre estava acompanhada de familiares: tios e primos, entretanto, nenhum dos presentes eram seus representantes legais. A usuária residia com o genitor desde o falecimento de sua mãe, entretanto, durante o período de diagnóstico e tratamento da doença, o genitor não tinha comparecido a unidade de saúde, sendo o cuidado e a responsabilidade sobre a usuária compartilhada entre os familiares que foram citados. A pedido do serviço social, o genitor comparece para atendimento e durante a entrevista social informa que a usuária residirá com os tios maternos em virtude do adoecimento, e que eles seriam os cuidadores e responsáveis. Os familiares/cuidadores da usuária relatam um relacionamento conflituoso com o genitor de A.C.R. mas, mostram-se comprometidos em garantir as condições para a realização do tratamento da usuária e assegurar o *direito* da usuária de estar acompanhada durante a internação. Os familiares informaram que a usuária antes de matricular-se no INCA realizou uma intervenção cirúrgica em decorrência de diagnóstico equivocado de Gravidez Ectópica, em virtude dos sintomas que apresentava. Diante da gravidade do quadro clínico a equipe do serviço social opta por realizar orientações e encaminhamentos para formalização da Representação Legal via Conselho Tutelar para o tio materno que responsabilizou-se pelos cuidados da usuária. Com o agravamento da doença e o direcionamento da usuária para os Cuidados Paliativos exclusivos, a necessidade de intervenção de equipe multidisciplinar intensificou-se. A rede familiar apresenta à equipe os conflitos entre a sua religião e a proposta dos Cuidados Paliativos o que exige maior comprometimento no atendimento aos familiares. Após quase três meses de internação, a usuária entra em Cuidados ao Fim de Vida.

3.2 A intervenção do assistente social na equipe multidisciplinar da Clínica de Pediatria

As intervenções realizadas pelo assistente social no caso em estudo deu-se através de reuniões familiares em conjunto com a equipe médica, discussões com médico oncologista, médico paliativista, fisioterapeuta, enfermeira e psicóloga e participação em *round*, além dos encaminhamentos e entendimentos telefônicos com Conselho Tutelar e Promotoria da Infância e Juventude. Compreendemos a interdisciplinaridade como um conjunto de “práticas que promovem a horizontalização das relações de poder entre os campos implícitos, troca de saberes e reciprocidade.” (VASCONCELOS, 2002 apud MOTA, 2018, p. 190). Desta forma, o caso em estudo foi um espaço muito fértil para a discussão das práticas

interdisciplinares em saúde, pois a busca por estas práticas é de suma importância para garantir uma intervenção qualificada e que dê conta de atender as demandas postas pelos usuários e seus familiares. O câncer infantojuvenil é uma doença considerada raríssima, costuma-se verificar na fala de familiares que os diagnósticos equivocados muitas das vezes atrasam o início do tratamento. No caso de A.C.R o diagnóstico equivocado de Gravidez Ectópica ocasionou atraso na chegada a unidade de tratamento oncológico. Ao longo deste caso foi possível refletir sobre como “o racismo em articulação com o sexismo, ‘produz efeitos violentos sobre a mulher negra’” (GONZALEZ, 1984 apud CISNE e SANTOS, 2018, p. 111), pois A.C.R. era uma jovem negra que teve como primeiro diagnóstico, para os seus sintomas, uma gravidez, o que também ocasionou uma intervenção cirúrgica equivocada. Almeida (2018) afirma que o racismo é estrutural, ele é o modo ‘normal’ com que as relações se constituem. Percebemos isto na fala dos familiares, pois em nenhum momento foi indagado se a usuária mantinha vida sexual ativa, para que justificasse tal diagnóstico. O conceito de família adotado pela equipe de serviço social também foi de suma importância para a condução do caso em estudo. Ao compreendermos que “a família [...], ganha um atributo ou a forma de uma rede local destinada a garantir a sobrevivência e, ao mesmo tempo, organizar a vida das pessoas.” (GELINSKI e MOSER, 2015, p. 129) a equipe opta por não considerar o genitor como rede de cuidados da usuária e assim, direciona suas orientações e encaminhamentos para o Sistema Jurídico de Proteção à Criança e ao Adolescente. Tais encaminhamentos proporcionaram o reconhecimento de novos equipamentos, sendo importantes para a ampliação do acesso da equipe do serviço social aos serviços disponíveis na rede.

4 CONCLUSÃO

A Residência Multiprofissional é uma modalidade de formação profissional que se dá em serviço, buscando a promoção de práticas interdisciplinares que proporcionem a desfragmentação do saber e fazer. Entretanto, há que se pontuar que a conjuntura de desmonte das políticas públicas exige real comprometimento com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde para que o residente não seja inserido nos processos como um trabalhador precarizado. Segundo Rodrigues (2016), a presença de um residente numa área que não esteja presente nos serviços, "pode trazer expectativas de que [...] venha suprir a ausência daquela área, inserindo-se em uma condição diferenciada, mais marcada pela execução dos serviços em detrimento à condição de formação" (p. 78). A intervenção realizada pelo assistente social residente no caso estudado deu-se através da fomentação de

espaços horizontais de discussão sobre o exercício profissional – entre residentes e preceptores – e respeito à autonomia, ainda que relativa, do assistente social – especialmente numa relação de ensino e serviço. Na categoria do serviço social, a formação profissional através da Residência Multiprofissional exige comprometimento com o Projeto Ético Político da categoria, demanda reflexão crítica sobre os desmontes que a saúde sofreu e ainda sofre sob o ideário neoliberal. A utilização do estudo de caso como metodologia para proporcionar a reflexão sobre a prática profissional mostra-se de suma importância para garantir o ensino em serviço. Compreender o residente como profissional autônomo, sem que o mesmo torne-se mão de obra precarizada é um desafio, mas proporciona a afirmação dos princípios do SUS e principalmente, do nosso Projeto Ético Político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARANDA, A. L. B et al, O Estudo de Caso como recurso pedagógico para pensar a prática do assistente social em saúde: A construção de um roteiro para o campo da Oncologia In: FERLA, A. A. et al (Orgs.), Residências e a Educação e Ensino da Saúde: Tecnologias Formativas e o Desenvolvimento do Trabalho. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017 (p. 153 – 161).
- CISNE, M. e SANTOS, S. M. M. dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social, São Paulo: Cortez, 2018.
- GELINSKI, C. R. O. G. e MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, R. C. T. et al (Orgs.). FAMILISMO, direitos e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015; (p. 125 – 146).
- INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. Plano de Curso Programas de Residência Multiprofissional em Oncologia e Residência em Física Médica. 3º ed. INCA, Rio de Janeiro: 2018.
- MOTA, K. S. Desafios e possibilidades de atuação do assistente social em uma equipe multiprofissional: um estudo a partir da Residência Multiprofissional em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. In: SIQUEIRA, K. M. O. et al (Orgs.) Diálogos em Saúde Pública e Serviço Social: A Residência Multiprofissional em Oncologia, INCA: Rio de Janeiro, 2018. (p. 189 – 208).
- RODRIGUES, T. F. Residências Multiprofissionais em Saúde: formação ou trabalho? Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP. v.15, n.1(21), p.71-82, jan/jun.2016.
- SILVA, L. B. Residência Multiprofissional em Saúde: uma questão para o debate In: RAMOS, A. et al (Orgs.). Serviço Social e Política de Saúde: Ensaio sobre trabalho e formação profissionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. (pag. 165 - 183)